

cidadãos crianças, cidadãos adolescentes

**A construção das políticas públicas
nas Conferências Lúdicas**

Giva e Sá

COPYRIGHT © Givanildo Manoel da Silva, Carlos Alberto Cordeiro de Sá Filho, 2007. Todos os direitos reservados

TEXTO ORIGINAL **Givanildo Manoel da Silva e Cordeiro de Sá**

ILUSTRAÇÃO **Cordeiro de Sá**

PROJETO GRÁFICO **Ana Márcia Zago**

TEXTO DE APRESENTAÇÃO **Adriano Gosuen**

REVISÃO **Cissa e Marcelo Brettas**

(Ficha catalográfica)



"Eu acredito é na rapaziada que segue em frente
e segura o rojão

Eu ponho fé é na fé da moçada que
não foge da fera e enfrenta o leão

Eu vou à luta com essa juventude que não
corre da raia a troco de nada

Eu vou no bloco dessa mocidade que não tá na
saude e constrói a manhã desejada."

(Gonzaguinha)

AOS VERDADEIROS PROTAGONISTAS DESSA HISTÓRIA:

Alexandra, Johnny, Lika, Roberta, Alexandra, Gabi, Lu, Elida, Ju, Digão, Gabriel, Luna, Tiagos, Carlos, Jefferson, Kelly, Flávio, Thais, Pedro, Rafael Lira, Léo, Digo, Droca, Pedrão, Sil, Fabi, Thais, Priscila, Laura, Keila, Lívia, Camila, Lívia, Paty, Iza, Jr., Peninha e todos os meninos e meninas que participaram do Ato Público Lúdico e das primeiras Conferências Lúdicas.

AGRADECIMENTOS :

Chicão, Edson Cabral, Alice, Adriano Lourival, João, Sílvia, Chico César, Nambu, Magda, Adriano, Cissa, Marcelo, Mariza, Homero, Jorge, Leandro, Aurea, Fabi, Diane, Claudia, Nambu, Anderson, Aline, Magda, Adriano, Mariza, Homero, Viviane, Cissa, Marcelo, Beto, Ana Paula, Jair, Leandro, Donna, Dem, Nanci, Beto, Dirceu, Dunga, Francisca, Terezinha Helena, Maria, Ana Paula e outros companheiros deste sonho que a nossas memórias não alcançaram mas que o coração não esquece.

Branca, Kátia, Katiele, Fernanda, Samuel, Miguel, Claudia, Dedé, Judith, Mônica e Vitor, pela paciência e apoio nas primeiras leituras.

Cissa Oliveira, Marcelo Brettas e Ana Márcia Zago, pela colaboração fundamental.

Apresentação

Na década de 90, nós militantes dos Movimento Social de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, iniciamos a discussão sobre a importância de ter meninos e meninas participando das Conferências. Desde então educadores, crianças e adolescentes se lançaram apaixonadamente na missão de colocar na prática as questões que o ECA previa, para que se tornasse realidade, de fato, a participação de crianças e adolescentes em Conferências.

A animação daquelas primeiras reuniões, improvisadas em vários lugares da cidade de São Paulo: entidades, sindicatos, áreas ocupadas por sem teto, eram sempre muito animadas, com meninos e meninas de entidades em situação de rua e de classe média, com vidas tão diferentes, mas, com o desejo de participar e conquistar um espaço novo, necessário e fundamental na consolidação do ECA. Além dessa conquista muitos desses meninos construíram valores importantes como os da solidariedade, respeito e convivência com as diferenças e a certeza que é importante caminharmos para uma sociedade menos desigual!

Ao longo desses anos, sentimos as dificuldades para a consolidação dessa importante conquista, já que a novidade da troca e da construção de uma situação tão nova e tão importante para as crianças, adolescentes e de toda a sociedade brasileira. Iniciava ali uma caminhada de muita luta, incompreensão, dor e resistência daqueles que não admitiam o ECA em sua plenitude.

Essa publicação é mais um instrumento de apoio para que educadores, adolescentes e

crianças possam se apropriar do conhecimento necessário nos momentos de debate ou luta, rumo à consolidação de seus direitos e deveres.

Como surgiu a idéia do livro

1

“Depois de tantos anos de andanças e conversas e lutas, fiquei muito feliz ao ser convidado pelo CRP para falar sobre minha experiência quanto às questões da infância e adolescência para um grupo de educandos e educadores do Centro Social Marista Ir. Rui Leopoldo Depiné e outras entidades de Ribeirão Preto e região. Me pus, então, a preparar um material básico de apoio à fala que elaborei, mal sabendo que mais tarde, o Sá, coordenador do Centro, me proporia a idéia de adaptar e ilustrar o texto para que, juntos, ampliássemos o original e fizéssemos esta publicação. Foi mesmo uma surpresa, porque apesar de conhecê-lo há tempos, eu não sabia que o Sá era ilustrador e que já tinha até sido premiado algumas vezes por seu trabalho.

Em pouco tempo, juntamos ao projeto mais outras pessoas que respeitamos e com seu apoio, muitos e-mails, MSN e alguns telefonemas, nosso livro estava pronto.

Desde o início, pensamos em fazer algo que pudesse ser distribuído de várias formas, em muitas mídias para atingir o maior número possível de pessoas, já que tudo foi fruto de genuíno trabalho colaborativo e pensamento de gente que acredita no potencial dos nossos meninos e nas nossas meninas!” (Giva)

2

“Conheci o Giva durante uma Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, quando o educador social já representava o Fórum Estadual DCA - não haveria ambiente mais apropriado!

Desde então, desejava trabalhar com ele em algum projeto, pois o vejo como referência constante de ética e coerência entre pensamento, discurso e ações.

Quando eu participava de sua oficina sobre Conferências Lúdicas, fiquei tocado com a forma clara, fácil e amorosa como desmistificava conceitos chave para a participação popular juvenil nos espaços democráticos e me preocupei com o fato de que pouco se entende sobre essa questão e poucas pessoas teriam a oportunidade de o ouvirem falar. Era preciso dar um jeito nisso.

Durante o jantar, eu rabiscava guardanapos enquanto discutíamos o assunto e assim, veio a idéia. Nos empolgamos, os nossos amigos se empolgaram também e aqui está a fala transformada em papel escrito e rabiscado.

Espero que você também se empolgue e que, como nós todos, acredite que pode colaborar com esse debate e com as mudanças que ele pode causar.” (Sá)

Sumário

	Introdução	15
1	Quem são as crianças e os adolescentes?	19
	O que é Democracia?	19
	E a nossa Democracia, como ela é?	20
	O que é cidadania?	21
	O que é Soberania popular?	21
2	Como as crianças e adolescente eram entendidos antes do ECA?	25
	Animais estavam melhor que as crianças... como era isso?	26
	Quando essa história melhorou?	26
3	Cidadania para todos. Todos mesmo!	31
	Mas o que é uma conferência?	32
	O que significa Lúdico?	33
	E como são as Conferências Lúdicas?	33

4	É verdade que essa história começou em um ato público?	37
	Foi fácil chegar à participação de crianças e adolescentes?	38
	Quem organiza a Conferência Lúdica?	41
	Quando e onde acontecem as Conferências Lúdicas?	41
5	Como as Conferências Lúdicas são estruturadas?	42
	Nos anos em que não ocorrem as Conferência Lúdicas, tudo pára?	43
	A criança e o adolescente só participam das Conferências e dos Encontros Lúdicos?	43
	Palavrinhos finais	45
	Glossário	47
	Bibliografia	50

Introdução

Olá!

Se alguém parasse você na rua e lhe convidasse a participar da construção das políticas públicas para crianças e adolescentes, a partir das Conferências Lúdicas, o que você responderia?

Se você já conhece o assunto, beleza, esse texto poderá ajudar a tirar algumas dúvidas e fortalecer seus argumentos para que você nos ajude a divulgar essa idéia.

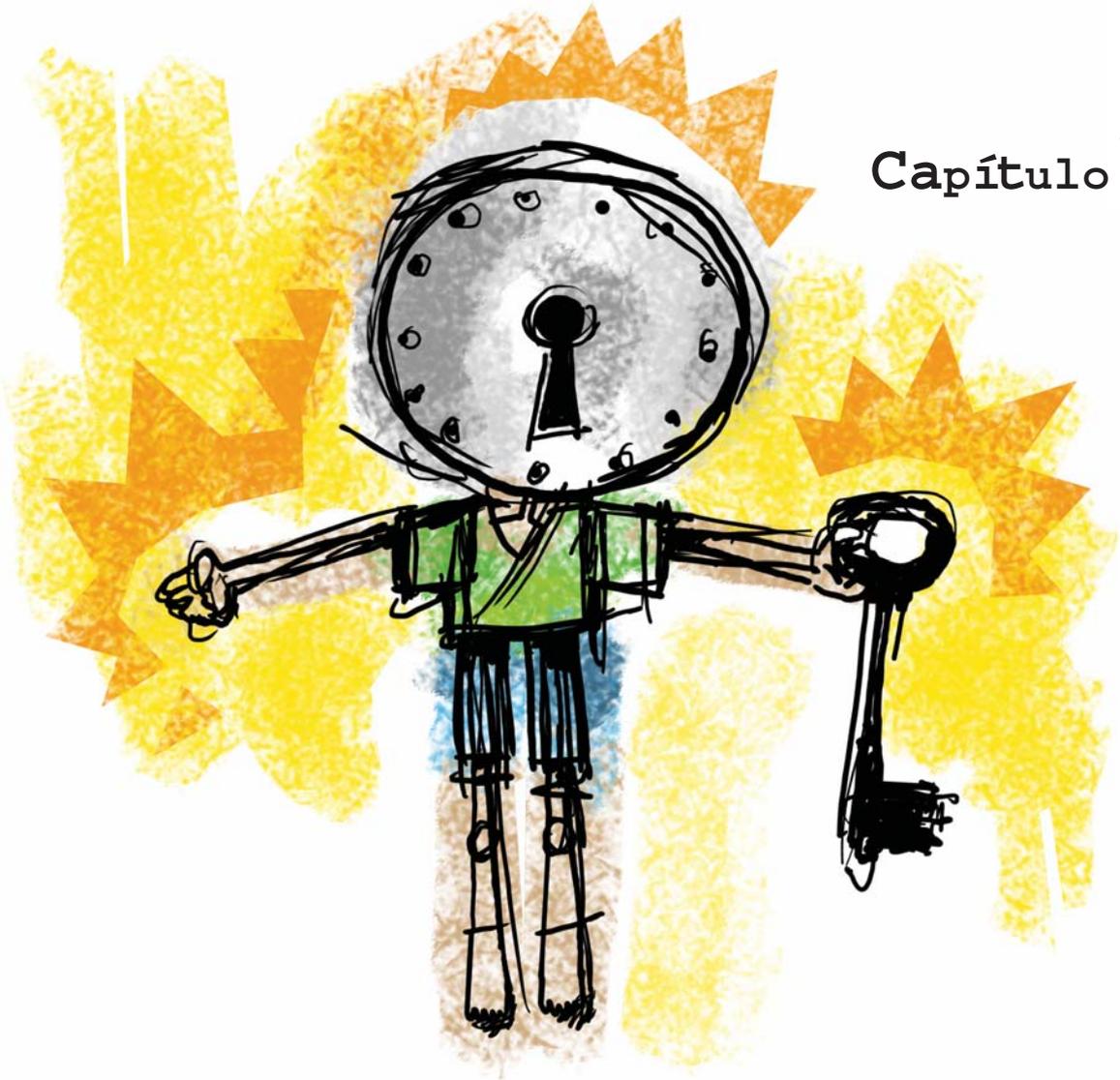
Se você nunca ouviu falar sobre isso, não se preocupe. Infelizmente, apesar de sua importância, as Conferências Lúdicas não são conhecidas ou compreendidas como poderiam e deveriam ser.

Comece prestando atenção: sempre que alguém fala sobre alguma coisa ligada à Democracia, à Cidadania ou à Participação de crianças e adolescentes, muita gente acaba entrando na conversa sem saber direito o significado das palavras e conceitos e quase sempre, engole muitas idéias prontas. Não é mesmo?

Pois bem, nossa vontade não é aprontar idéia nenhuma para ninguém. Por isso, escrevemos tudo o que você começa a ler aqui, pois acreditamos que a partir desse texto, você mesmo poderá criar e organizar as suas próprias idéias e depois, discuti-las com seus amigos, professores, familiares e conhecidos.

Vamos começar?

Capítulo 1



1

Quem são as crianças e os adolescentes?

Crianças são os seres humanos pequeninhos? Adolescentes são crianças grandes que reclamam de tudo?

Não mesmo!

Na verdade, essa conversa toda daria outro livro ou, talvez, muitos. Para melhorar nosso entendimento, fomos pesquisar o ECA – Estatuto de Criança e do Adolescente - que considera como Crianças as pessoas de até 12 anos de idade incompletos e como Adolescentes as pessoas entre 12 e 18 anos de idade.

O que é Democracia?

Democracia é um termo Grego, que significa governo do povo. Mas mesmo lá na Grécia, isso não funcionava muito bem, não.

Porque só os cidadãos das cidades gregas é que participavam das decisões, ou seja, só quem fosse nascido na cidade; gente de outras cidades, mulheres, crianças e os que fossem escravos (pois é, tinha escravos na Grécia!), não podia decidir nada, então, nem todos participavam!

De lá pra cá, muita coisa mudou e muitas formas de Democracia surgiram. Também apareceram formas de se usar essa boa idéia para, na verdade, fazer o contrário e tirar a liberdade de muita gente. Não é justamente em nome da Democracia que os Estados Unidos vivem fazendo guerras pelo mundo? Por aí você começa a entender como essa discussão é profunda.

E a nossa Democracia, como ela é?

Antes de 1988, a gente só elegia representantes (vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores e presidente). Era a chamada Democracia Representativa, na qual um grupo pequeno de pessoas decide tudo das nossas vidas.

Depois de aprovada a Constituição Federal de 1988, começamos a viver uma Democracia Participativa, que nada mais é do que a criação de caminhos que nos permitem participar de forma direta das decisões que antes só alguns poucos tomavam sobre as nossas vidas. Para a Democracia Participativa acontecer de verdade, todos nós temos que participar de conselhos, fóruns e conferências, além de diversos outros espaços e mecanismos que estão à nossa disposição. Nesses espaços nós podemos decidir como serão as políticas públicas que determinarão, por exemplo, a existência, funcionamento e atendimento da escola, da saúde, dos espaços de lazer, e muitos mais.

O problema é que se a maioria das pessoas ficar espalhada ou se mantiver na ignorân-

cia, pode acontecer de alguns poucos se aproveitarem dessa situação para manipular as decisões coletivas em benefício próprio e estragar a Democracia Participativa.

Para que isso não ocorra, é preciso que cada um de nós procure sempre colaborar, se articular com os outros e defender o seu grupo acima de qualquer interesse pessoal. Cada um tem que ficar muito atento ao mundo que nos cerca, pensando bastante sobre as decisões que todos tomamos, não acreditando de primeira em qualquer coisa que nos dizem ou mostram por aí.

O que é cidadania?

Bem, já entendemos que todos nós que vivemos em uma Democracia Participativa e que inclusive se formos crianças e adolescentes, temos o direito de ter direitos. Também não podemos nos esquecer, que os direitos sempre vêm acompanhados de deveres.

Um bom exemplo é o direito que temos de estudar em uma escola boa, que cria o dever de irmos à escola todos os dias.

Além disso, devemos ser capazes de compreender e poder nos organizar para conversar e lutar por esses direitos e deveres que conhecemos e conquistamos e até mesmo de fazer tudo isso por outros novos direitos, que podemos entender que são necessários. Essa é a base da Cidadania.

O que é Soberania popular?

Para que uma Democracia ocorra de verdade, é preciso que os cidadãos, ou seja, todos

nós que temos direitos e deveres, tenhamos também o direito a participar das decisões da nossa cidade, estado e país.

Nesse sentido, a idéia de Soberania popular está ligada a condição de que todos estejam sabendo conversar sobre o que é importante pra todo mundo e que sempre que uma decisão for tomada em um grupo, não se leve em conta apenas quem concordou com ela, ou trocou a melhor idéia, mas o que é melhor pra todo mundo mesmo.

Por fim, Democracia, Cidadania e Soberania popular, na verdade, podem ser entendidas como coisas tão próximas que acabariam se tornando interligadas, ou seja: sem uma as outras não existem de verdade.



Capítulo 2

2

Como as crianças e adolescente eram entendidos antes do ECA?

Essa é uma longa história. Mas, de forma geral, o tratamento dado às crianças e adolescentes mudou muito durante o tempo e ainda varia entre diferentes povos. Até bem pouco tempo, muitas pessoas não consideravam crianças e adolescentes como gente, ou os viam como adultos pequenos. Assim, se pensava que crianças e adolescentes, tinham que fazer tudo o que os adultos faziam – muitos meninos e meninas acabavam passando por situações perigosas e vergonhosas, eram usadas como objeto e até trabalhavam pesado ganhando nada ou muito, muito, pouco pelo que faziam.

Essa situação ainda permanece em muitos locais em que há descuidos, abuso sexual, exploração de trabalho de crianças e adolescentes e outras formas de violência, mas tudo isso já é reconhecido como errado, até como um absurdo. Não se aceita mais esse desrespeito de forma oficial como era antes, ou seja, governos, juízes, promotores, conselheiros tutelares e muitos outros órgãos importantes, além das pessoas comuns, ficam indignados e lutam contra essas situações, o que já significa um grande avanço.

Animais estavam melhor que as crianças... como era isso?

A lei que existia antes do ECA e que tratava dos assuntos dos meninos e meninas, era muito inadequada. Para se ter uma idéia, esse documento era tão ruim, que nos anos 1960 e 1970, muitas pessoas que trabalhavam com crianças e adolescentes, precisavam usar em seu lugar a Lei de proteção aos animais, para a partir dela, tentar garantir que houvesse o mínimo respeito à condição das crianças e adolescentes!

Naquele tempo, as crianças e adolescentes ainda eram tidos como pessoas que deveriam ser assistidas, tuteladas ou vigiadas pelas famílias e pelo Estado - com certeza os pais de vocês devem lembrar do Juizado de Menores ou do Comissariado de Menores, que acabava atuando para controlar as crianças e adolescentes, que eram chamados e entendidos como menores.

Como era época de ditadura militar, em que o Exército é que mandava no país, o povo brasileiro não podia falar se gostava ou não daquela situação. Imagine então como ficavam os meninos e meninas que viveram naquele período, como muitos dos pais de vocês, que além da ditadura do estado, ainda tinham a ditadura do dia a dia para agüentar.

Quando essa história melhorou?

Com o fim da ditadura militar, quando o exército deixou de mandar no país, e a com volta da democracia, nos anos 1980, a população começou a discutir abertamente sua realidade e procurar soluções conjuntas para seus problemas.

Como a gente já escreveu um pouquinho, em 1988, depois de muita conversa entre

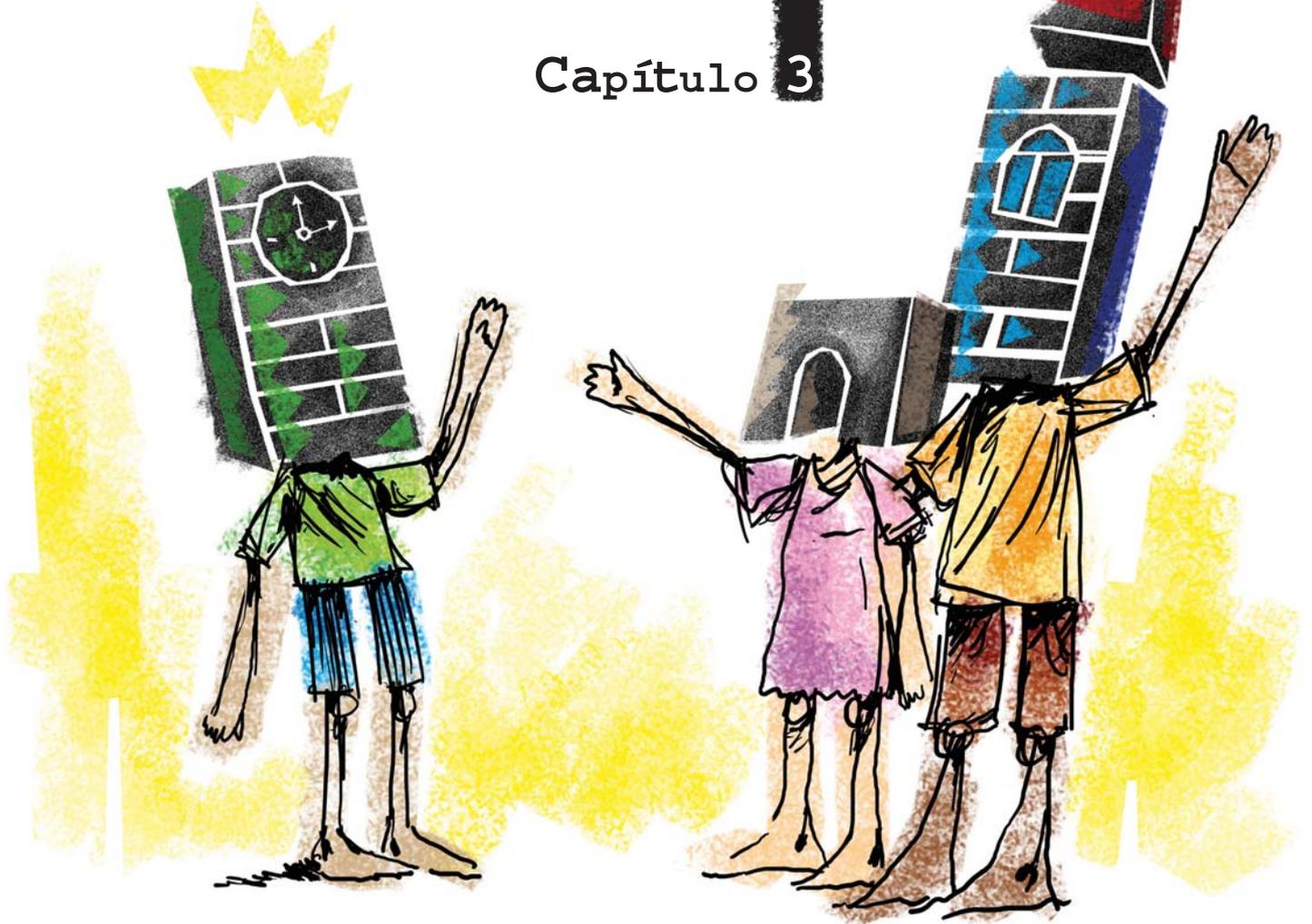
milhares de brasileiros, foi aprovada uma nova Constituição Federal – que é o conjunto de leis que falam como o país deve se organizar. A partir do texto base da Constituição, em 1990, depois de anos de muito debate envolvendo gente de todos os cantos do Brasil, foi aprovada a nova lei que definiu como o nosso país deveria tratar os meninos e meninas, o ECA - Estatuto da Criança e Adolescente, a Lei nº 8.069.

O ECA valoriza a criança e o adolescente e os entende como pessoas que têm direitos e também deveres, mas que devem receber proteção integral da família, do Estado e da sociedade. Veja: de tutela e controle, mudamos para proteção integral. Foi um avanço e tanto!

O educador e jurista Edson Seda foi uma das pessoas que ajudaram a organizar as idéias de todos aqueles que estavam conversando e debatendo sobre o ECA. Ele escreveu que “reconhecer às crianças e aos adolescentes as capacidades que lhes são inerentes pelo simples fato de serem pessoas, capacidade primeira das quais é a de ser sujeito”.

Isso quer dizer que crianças e adolescentes devem, antes de tudo, ser respeitados como cidadãos crianças e cidadãos adolescentes! Ou melhor ainda, as crianças devem ser respeitadas enquanto crianças e os adolescentes, enquanto adolescentes. São pessoas que estão ainda aprendendo como é o mundo, a lidar com as mudanças que ocorrem em seus corpos e mentes e percebendo que elas precisam se adaptar e compreender que muitas vezes a suas próprias condições de vida podem ajudar ou prejudicar o seu entendimento das coisas e seu desenvolvimento futuro.

Capítulo 3



3

Cidadania para todos. Todos, mesmo!

Já sabemos, então, que todas as Crianças e Adolescentes são atualmente considerados cidadãos que estão passando por muitas mudanças. Por isso mesmo é que estão em uma situação especial, ou seja, em uma situação que exige atenção e cuidado diferenciados daqueles que recebem os adultos.

A Constituição Federal e o ECA afirmam que a criança e o adolescente têm garantido seu direito à participação, ou seja, a falar tudo que considerarem importante expor em qualquer momento e lugar. Têm ainda direito ao respeito e à dignidade.

Fica claro, portanto, que as Crianças e os Adolescentes são cidadãos e que os cidadãos crianças, os cidadãos adolescentes e os cidadãos adultos devem, cada um dentro de suas possibilidades e visões de mundo, estar juntos para o bem de todos.

Mas não é fácil a tarefa de fazer um novo mundo com crianças e adolescentes, uma vez que a nossa cultura ainda diz que “o adulto é quem tudo sabe, manda ou faz” ao invés de

pensar tudo junto com os meninos e meninas, escutando e colaborando com a realização das idéias de todos.

Por isso, os adultos têm a obrigação de repensar sua conduta e prática para criar e manter espaços em que Crianças e Adolescentes participem conscientemente das decisões sobre as suas vidas. Na verdade, para haver legitimidade, esses espaços de encontro e debate devem ser pensados e construídos já contando com a participação e ação das Crianças e Adolescentes desde o início. As Conferências Lúdicas são uma das formas mais interessantes para que isso aconteça.

Mas o que é uma Conferência?

A Conferência, como o nome já explica, é uma reunião de pessoas que devem conferir se alguma coisa está indo bem e se é preciso que a se proponha algo para melhorar o que está sendo conferido.

No caso da Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, este é um espaço para conversar se está tudo bem com os meninos e meninas, das cidades, dos estados e do país.

A Conferência é o espaço mais importante para a participação de todas as pessoas que querem discutir e decidir sobre a situação da criança e do adolescente, para realmente definir coisas importantes e traçar caminhos para a verdadeira transformação!

O que significa Lúdico?

Muita gente pensa que Lúdico é brincadeira, que brincadeira é coisa de criança e que, por isso, não tem nenhuma importância. O lúdico está nas brincadeiras e nos jogos, sim, mas os jogos e brincadeiras são muito importantes para nós.

Na verdade o lúdico também é uma forma interessante de se saber que tem um monte de gente que pensa e faz coisas como a gente. Quando encontramos nossos conhecidos em uma festa, a festa é um momento lúdico: estamos ali lembrando e comemorando as amizades que temos e assim sabemos que não estamos sozinhos no mundo.

Mas então, lúdico é só em momento de festa? Não, não. Esse é um exemplo fácil para a gente entender como essa questão está tão presente no nosso dia a dia. Pelo lúdico, vamos aprendendo as regras de convivência, o respeito ao outro e a nós mesmos. Tudo acontece de um jeito gostoso e estimulante.

Pelo lúdico, temos importantes aprendizados, revisões de idéias e de visões de mundo e, principalmente, percebemos que fazemos parte de um grupo maior – o que nos exige saber lidar com as diferenças.

E como são as Conferências Lúdicas?

As Conferências são os espaços que possibilitam às crianças e adolescentes pensar sobre suas vidas, falando o que é ou não é bom para eles. Isso pode ajudar na construção de uma sociedade em que tenham idéias como companheirismo, generosidade e respeito às diferenças – idéias essas, muito importantes para a nossas vidas!

A Conferência Lúdica deve ser um espaço de meninos e meninas, no qual, todo adulto tem que saber que seu papel deve ser o de “educador”. O educador tem que adotar uma postura que permita que as crianças e adolescentes falem o que pensam sem que ele fique interferindo o tempo todo. Melhor será que o trabalho esteja tão bem feito que nem seja necessário que o educador interfira.

Assim, é importante que nas Conferências Lúdicas possa existir mais de um momento ou espaços nos quais as diferenças entre as crianças e os adolescentes possa florescer. Sim, existem também diferenças entre crianças e adolescentes: as crianças estão ainda em uma fase do processo de aprendizagem diferente da qual se encontram os dos adolescentes. Inclusive por isso, é fundamental que se promova um jeito da criança participar e aprender e outro para o adolescente.

Educadores poderão desenvolver muitos jogos e brincadeiras especialmente planejadas para ajudar as crianças a compreenderem esses conceitos básicos que temos apresentado por aqui. Enquanto isso, outros educadores poderão colaborar com as atividades dos adolescentes. O papel do educador é muito específico neste caso, pois ele deve entender que os adolescentes já têm muita capacidade de organização e têm que aprender a se virar sozinhos, pois podem e devem conduzir as atividades. Dessa forma, o educador deverá assumir o papel de quem aguarda ser chamado para ajudar, sem tomar a frente da situação.

Esse reconhecimento ativo das diferenças entre crianças e adolescentes é necessário para que todos possam ser respeitados e compreendam de forma mais fácil e gostosa as questões sobre os direitos, deveres e possibilidades de participação de cada um nas sociedades democráticas. De outro modo, a Conferência não seria Lúdica, seria falsa.

Capítulo 4



4

É verdade que essa história começou em um ato público?

Lívia de Tomazzi, uma pessoa que também se dedica muito a estes temas, escreveu que “ser sujeito significa tomar parte ativa nos processos e não simplesmente submeter-se aos acontecimentos e às decisões de outros, como um mero objeto. Portanto, a criança e adolescente enquanto sujeito significa que todas as decisões tomadas a seu respeito devem levar em conta seus interesses específicos, abrindo espaços para que ela expresse seu ponto de vista e participe dos processos decisórios.”

As conferências Lúdicas tiveram sua origem no “Ato público Lúdico”, realizado na cidade de São Paulo, no Vale do Anhangabaú, em 1999, no dia 13 de julho - dia do aniversário do ECA. Esse evento juntou mais de 10 mil pessoas e foi organizado por mais de 100 entidades não governamentais do estado de São Paulo, que defendiam ou atendiam crianças e adolescentes. No ato, os personagens centrais eram as próprias crianças e adolescentes, que juntos com os adultos, discutiram e fizeram apresentação da sua realidade.

Depois do ato, todos entenderam que seria muito importante que as crianças e adoles-

centes, passassem a participar de Conferências, onde poderiam conversar com outras crianças e adolescentes, apresentando propostas e aprendendo como é que se participa da vida de sua cidade, de seu estado e de seu país.

Foi fácil chegar à participação de crianças e adolescentes?

Não foi fácil conquistar a Participação de crianças e adolescentes em Conferências, mesmo com esse começo bonito e em um momento muito bom para o país, quando todos queriam voltar a ter o direito de poder se expressar livremente. É que a aceitação dessa nova forma de organização e participação dos meninos e meninas, na qual eles mesmos podem ajudar a decidir sobre as suas vidas, era algo muito novo. Para se ter uma idéia, até hoje ela ainda não foi totalmente entendida por todos aqueles que trabalham ou têm algum poder de influência sobre a participação de meninos e meninas.

Por isso, nem toda a criança e adolescente sabe que pode participar das decisões sobre as suas vidas! E como você já entendeu tudo o que escrevemos até agora, já pode nos ajudar a contar para todo mundo.



Capítulo 5

5

Quem organiza a Conferência Lúdica?

Primeiro, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deve destinar dinheiro para que haja local, pessoal de apoio, alimentação e material para a realização da Conferência Lúdica.

A organização geral e o apoio pedagógico devem ser dos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente em conjunto com os Conselhos. Estes organismos devem possibilitar e garantir que a construção da Conferência deve ser feita pelas crianças, adolescentes e educadores, como já explicamos.

Por fim, também é preciso garantir que os documentos e idéias que surgirem das Conferências Lúdicas tenham peso nas decisões finais da Conferência Oficiais que deverão dizer para a cidade, estado ou país, o que de bom deve ser feito para as crianças e adolescentes.

Quando e onde acontecem as Conferências Lúdicas?

As Conferências Lúdicas acontecem de dois em dois anos, geralmente em anos ímpa-

res. Elas ocorrem em períodos próximos das Conferências dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, chamadas “Conferências Oficiais”. Os dois tipos de conferências ocorrem nos municípios, regiões, estados e país.

Como as Conferências Lúdicas são estruturadas?

Também é obrigação dos Conselhos municipais, estaduais e federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, divulgar as Conferências com antecedência em escolas, bibliotecas, ONGs, postos de saúde, correios e outros locais em que os meninos e meninas costumem passar, estar ou se encontrar. Pode-se fazer isso colando cartazes, distribuindo folders, colocando a notícia em jornais, rádios, TV, enviando e-mails ou de qualquer outra forma eficiente que os Conselhos inventarem. O Fórum de Defesa dos Direitos da Criança também deve ajudar fazendo a mesma coisa, facilitando assim a participação do maior número de crianças e adolescentes possível.

Com aproximadamente 6 meses de antecedência, deve-se então escolher uma comissão de crianças, adolescentes, educadores, Conselheiros e membros do Fórum, que conversarão como deverá ser a organização da Conferência Lúdica, definindo tudo que é importante, desde o local até sua programação, o modo de inscrição as formas de participação etc.

Mas também é bom você se organizar em sua comunidade, escola, ONG ou outro grupo, para debater com os amigos, colegas, educadores e outros adultos sobre o assunto, se preparando para fazer uma boa Conferência.

Nos anos em que não ocorrem as Conferência Lúdicas, tudo pára?

Não, não pára. Você pode prestar atenção nesse movimento todo e também no fato de que nos anos pares, em que não há Conferências, as crianças e os adolescentes podem se encontrar para continuar discutindo e debatendo suas realidades. Então é importante que aconteçam nos anos pares os Encontros Lúdicos, que devem ser financiados pelos Conselhos da Criança e do Adolescente e apoiados pelos governos e pelas entidades da sociedade civil, que deverão ajudar com a estruturação do local dos encontros, alimentação e material para que os mesmos aconteçam, como ocorre com as conferências. Essa atitude mantém acesa a chama das Conferências e prepara a moçada e a rapaziada para as discussões e ações que virão a seguir, nos anos ímpares.

A criança e o adolescente só participam das Conferências e dos Encontros Lúdicos?

As crianças, só devem participar da Conferência Lúdica. Em nosso entendimento, as crianças têm um jeito de pensar, o adolescente um outro e o adulto ainda outro, que também lhe é particular. Sendo assim, existe uma distância muito grande entre a Conferência Lúdica (da qual participam crianças e adolescentes) e a Conferência Oficial (da qual participam os adultos e adolescente). Por causa dessa diferença muito forte, seria muito ruim para as crianças participarem de uma reunião em que não entendessem quase nada, aonde os temas são debatidos de uma forma que, para elas, seria extremamente chata.

No entanto, os adolescentes também devem participar das Conferências Oficiais, sim. Esta situação pode ocorrer de duas maneiras: a primeira, sua participação como delegado, como representante eleito nas próprias Conferências Lúdicas, com direito a participar da Conferência Oficial como qualquer outro delegado adulto, apresentando e defendendo as decisões da Lúdica e interferindo, assim, no processo de construção das políticas públicas. Além disso, o adolescente começa a compreender como funcionam as Conferências Oficiais para, quando virar adulto, já saber e gostar de participar. A outra forma de participação dos adolescentes é estar na Conferência Oficial na condição de um delegado eleito diretamente pelas Conferências Oficiais. Para isso, a partir dos 16 anos, ele deve primeiramente poder se inscrever como tal, de acordo com os regimentos de cada Conferência Oficial, como qualquer outro representante da sociedade civil ou do governo, tentando ser indicado como qualquer outro delegado.

Palavrinhas finais

O Marco Aurélio Nogueira escreveu que nossa época “nos desafia e exige respostas políticas ousadas, gestos generosos e reflexões teóricas inovadoras.”

Ao concordar com ele, também acreditamos que a troca de vivências e experiências são fundamentais para a formação de crianças e adolescentes socialmente responsáveis, críticos e solidários. Acreditamos que isto faça com que tenham a real compreensão dos seus direitos e de como eles podem ser aplicados e em diversas situações.

Logo, nada melhor do que garantir às crianças e adolescente a possibilidade de conhecer, reconhecer, discutir e propor soluções para os seus problemas de forma organizada, responsável para que, fundamentalmente, possam ser respeitados enquanto cidadãos crianças e cidadãos adolescentes!

Não é e nem será um caminho simples e nem fácil. Mas a gente tem que caminhar e trazer bastante gente com a gente, não é mesmo?

Glossário

Sociedade Civil:

somos todos nós, que atuamos na sociedade individualmente ou em grupos, mas não fazemos parte diretamente do Governo.

Conselho Tutelar:

É um órgão criado pelo ECA, que deve existir em todos os municípios brasileiros para cuidar para que os direitos da criança e do adolescente não sejam desrespeitados. Se isso ocorrer, é o Conselho Tutelar que será o primeiro órgão a atuar para que acabe o desrespeito.

Os Conselheiros Tutelares são eleitos pela comunidade e devem ser pessoas engajadas realmente na defesa dos meninos e meninas.

Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:

É outro órgão criado pelo ECA. Metade dos seus participantes é composta por pessoas indicadas pelo governo e a outra metade é eleita pela sociedade civil.

Esse Conselho é responsável por definir as políticas públicas da infância e da adolescência, ou seja, avaliar se as ações existentes estão boas, se é preciso melhorá-las e decidir que atitude deve ser tomada pelo Governo quando algo está faltando para as crianças e adolescentes.

O Conselho da Criança e do Adolescente tem que existir em todos os municípios e estados. Existe também o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Fórum e Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente:

O Fórum e a Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, são espaços de encontro, debate e articulação da sociedade civil, nos quais se discutem os problemas dos meninos e meninas para que se possa, em grupo, convencer os Conselhos de Direitos e os Governos a tomarem atitudes que resolvam aqueles problemas.

Alguns Fóruns e Frentes, se organizam só com entidades que trabalham com crianças e adolescentes, já outros se organizam também com pessoas que tem interesse no tema.

Para que a sociedade civil seja sempre ouvida, é importante que existam Fóruns em todos os municípios, estados e em nível nacional!

Juiz da Infância e Adolescência:

O Juiz é a pessoa que decide quem tem razão em qualquer situação em que haja conflito de opiniões ou atitudes sobre algum assunto. O Juiz da Infância faz a mesma coisa em relação aos direitos da criança e do adolescente: é ele quem faz a lei ser cumprida e quem decide e aplica medidas sócio-educativas quando algum adolescente faz algo muito errado contra alguém.

Promotor da Criança e do Adolescente:

O Promotor é o “fiscal da lei”. Se qualquer pessoa ou instituição estiver desrespeitan-

do a lei, no nosso caso específico o ECA, é ele que vai ao Juiz e faz um pedido para lei ser respeitada.

Juiz de Menores:

Era o Juiz responsável pelas crianças e adolescentes na época do Código de Menores, antes do ECA.

Comissariado de Menores:

Também anteriores ao ECA, eram pessoas da comunidade, escolhidas pelo Juiz de Menor, para fazer cumprir as suas ordens.

Bibliografia

COUTINHO, C. N. *Notas sobre cidadania e modernidade in Praia Vermelha* – Estudos de Política e Teoria Social. Rio de Janeiro: UFRJ - Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social. v.I, n.I - primeiro semestre de 1997.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

BRASIL. *Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente*.

MARQUES, C.M. *A Cidadania como metáfora: o projeto de formação e organização de meninos e meninas do Movimento nacional de meninos e meninas de rua*. São Paulo: USP, 1999.

NOGUEIRA, M.A. *As Possibilidades da Política: Idéias para a Reforma Democrática do Estado*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

SEDA, E. *Infância e Sociedade: Terceira Via - “O novo paradigma da criança na América Latina”*. Edição Ades: Campinas, 1988.

TOMAZZI, L. *Em Busca da Identidade - As lutas em defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil e a questão da participação*. Paris: Universidade de Paris I, 1997.